MÊDA
ASSEMBLEIA
MUNICIPAL

ATA Nº7

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal da Mêda,

realizada no dia 17 de julho de 2026

Aos dezassete dias do mês de julho de dois mil e vinte seis, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal da Mêda, em sessão Extraordinária, dando inicio às nove horas e quinze minutos com a seguinte ordem de trabalhos:

Período da ordem do dia:

Ponto 1º - Procedimento conjunto de atribuição de licença de utilização privativa de bens do domínio público dos municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Idanha-a-Nova, Mêda, Sabugal e Trancoso, integrantes da rede Aldeias Históricas de Portugal, destinados à instalação e operação de pontos de carregamento elétrico de veículos – Apreciação e aprovação da isenção do pagamento de taxas municipais associadas à utilização privativa do domínio público;

Ponto 2º - Isenção do pagamento de taxas municipais devidas pelas mensagens publicitárias e ocupação da via pública de natureza comercial – 2026;

Presidiu à Sessão Ordinária o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Germano Mourato Leal Pinto, tendo sido secretariada por, Carla Alexandra Sequeira Beça Rodrigues, na qualidade de Primeira Secretária, e por Márcia Maria Pereira Raimundo, na qualidade de Segunda Secretária. Estiveram presentes os Deputados Municipais que a seguir se indicam:

António Carlos Proença Simão de Almeida, Hermínio José Costa Albino, Luísa Junqueiro em substituição de Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Fabiana Almeida Rodrigues, Lurdes Amado em substituição de Marco Aurélio Mano Saldanha, António Óscar Dias de Amaral Sampaio, António João Barradas Moreira, Pedro Miguel Soeiro Lourenço, Mário José Lobão Andrade, Daniela Sofia Sequeira Pacheco, Gilberto José da Cruz em substituição de Filipa Alexandra Pereira da Silva Amado e Vânia Isabel Morrão da Silva Alves. Marcaram igualmente presença os Presidentes das Juntas de Freguesia, conforme se indica de seguida - Presidente de Junta da Freguesia de Aveloso: Joel Filipe Martins Cardoso; - Presidente de Junta da Freguesia de Barreira : Antero Augusto Gomes Martins; Presidente de Junta da Freguesia de Longroiva, António Norberto Rodrigues Tairum; - Presidente de Junta da Freguesia de Marialva: Vanessa Alexandra Correia da Conceição; - Presidente de Junta da Freguesia de Poço do Canto: Alexandrina da Conceição Montês Abrunhosa; Presidente de Junta da Freguesia de Ranhados, José Sérgio Pereira Correia; - Presidente de Junta da Freguesia de Prova e Casteição: Nelson Fernando Andrade Gonçalves; - Presidente de Junta da União de Freguesias de Vale Flor, Carvalhal e Pai Penela: Maria Armanda Oliveira Coelho. Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, António César Valente Figueiredo, o Vice-Presidente Carlos Alberto Batoco Montês a vereadora Carla Sofia Silva Sequeira, e o vereador Carlos Bruno Brígida Fial Pereira.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Mourato,** cumprimentou todos os presentes e deu início à sessão, começando por referir que se tratava de uma reunião extraordinária, convocada a pedido do Sr. Presidente da Câmara Municipal, tendo em vista a apreciação e aprovação dos dois pontos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos.

Informou que se encontrava presente, na qualidade de Secretário da Sessão, o Dr. Rui Tina Neto, referindo que a sua nomeação havia sido efetuada sem o seu conhecimento prévio, mas que concordava plenamente com a mesma.

Sublinhou, contudo, a necessidade de proceder à regularização do procedimento, referindo que iria elaborar uma comunicação para que esta matéria passasse a ser tratada de forma adequada. Explicou que o lugar de

Secretário da Assembleia Municipal deveria ser assegurado por um funcionário do quadro, não sendo, no seu entendimento, adequado proceder à nomeação de trabalhadores avençados ou de membros do Gabinete de Apoio à Presidência.

Defendeu uma maior aproximação e, simultaneamente, uma maior independência entre os serviços da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, considerando desejável que existisse um Secretário para a Câmara e outro para a Assembleia. Admitiu, contudo, que poderia ser a mesma pessoa, desde que tal estivesse devidamente definido e enquadrado.

Informou que iria abordar estas questões com os líderes das diferentes bancadas, com vista a ultimar os procedimentos necessários. Referiu ainda que o líder da bancada da Coligação estava igualmente a par destas matérias.

Esclareceu, no entanto, que, tratando-se de uma reunião extraordinária sem período antes da Ordem do Dia, as suas considerações eram feitas exclusivamente na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal e destinavam-se a assegurar o adequado procedimento administrativo da própria Assembleia.

Acrescentou que se encontrava em elaboração um novo Regimento da Assembleia Municipal, no qual estas matérias seriam devidamente confirmadas e regulamentadas, garantindo-se que todos os procedimentos estariam de acordo com a legislação aplicável.

De seguida, deu por concluídas estas considerações iniciais e passou ao **1.º ponto da Ordem do Dia**, relativo a:

Ponto 1º - Procedimento conjunto de atribuição de licença de utilização privativa de bens do domínio público dos municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Idanha-a-Nova, Mêda, Sabugal e Trancoso, integrantes da rede Aldeias Históricas de Portugal, destinados à instalação e operação de pontos de carregamento elétrico de veículos – Apreciação e aprovação da isenção do pagamento de taxas municipais associadas à utilização privativa do domínio público;

Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Mourato**, lembrando que, nas suas intervenções, cada deputado deve respeitar o tempo de 5 minutos com alguma tolerância, abriu o período de inscrições, tendo sido registadas duas solicitações para o uso da palavra pelos Deputados Municipais Pedro Lourenço e Herminio Costa Albino.

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal, António César Figueiredo,** que, depois de cumprimentar todos os presentes, começou por esclarecer a ausência da Sr.ª Vereadora, informando que, por motivos pessoais relacionados com o recente falecimento do seu pai, teve necessidade de tratar de algumas questões burocráticas que haviam sido agendadas para aquele dia. Perante essa situação, e compreendendo as circunstâncias pessoais, entendeu que não seria necessária a sua presença na sessão, transmitindo, por isso, o pedido de compreensão de todos.

Relativamente à substituição do Secretário da Assembleia Municipal, considerou que este era precisamente o modo como as autarquias deveriam funcionar. Explicou que a atual funcionária tinha direito ao gozo de férias e que, por esse motivo, a sua substituição deveria ser assegurada de acordo com as regras aplicáveis, recorrendo a alguém que já havia desempenhado anteriormente aquelas funções e que reunia as condições e competências necessárias, concretamente o Dr. Rui Tina Neto.

Salientou que era esse o procedimento que deveria ser seguido, trabalhando todos em prol dos desafios inerentes à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara referiu a simplicidade do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, salientando que as reuniões extraordinárias devem ocorrer quando existe efetivamente uma matéria de caráter extraordinário.

Explicou que, neste caso, estava em causa uma matéria diretamente relacionada com a freguesia de Marialva e com uma pretensão que o Município vinha

manifestando há vários anos: a instalação de postos de carregamento para veículos elétricos em várias freguesias do concelho.

Referiu que o objetivo do Município passava também pela renovação e ampliação da atual rede de carregamento, uma vez que existe apenas um posto na cidade e que este já se encontra obsoleto.

No caso concreto de Marialva, a proposta prevê a instalação de dois postos de carregamento, um na Vila de Marialva e outro na Devesa, conforme a localização constante da documentação anexa ao processo. Informou ainda que a Junta de Freguesia de Marialva se havia pronunciado relativamente à proposta.

Relativamente ao enquadramento jurídico, explicou que a concretização do projeto implica a desafetação dos terrenos do domínio público municipal, bem como a respetiva disponibilização para instalação dos equipamentos, estando prevista uma isenção pelo período de 10 anos, renovável por mais 10 anos. Após esse período, caso não exista continuidade do projeto, ocorrerá a respetiva reversão.

O Sr. Presidente explicou ainda que o segundo ponto da Ordem de Trabalhos apenas havia sido incluído na presente sessão extraordinária devido à necessidade de realizar a reunião naquele momento, caso contrário seria submetido à apreciação da Assembleia na sessão ordinária de setembro.

Quanto ao primeiro ponto, esclareceu que se tratava de uma candidatura conjunta, embora nem todos os municípios estivessem representados, por razões relacionadas com as opções e circunstâncias próprias de cada Município. Alguns municípios teriam outras soluções ou iniciativas em curso e outros já teriam assegurado os respetivos postos de carregamento através de outros projetos.

Referiu que esta era a posição do Executivo Municipal, tendo a proposta sido submetida a reunião de Câmara e aprovada por unanimidade, permitindo dar início a um processo que vinha sendo discutido há bastante tempo, relacionado com a sustentabilidade ambiental e com a mobilidade elétrica.

Considerou particularmente importante que Marialva pudesse ser visitada por pessoas que utilizem veículos elétricos sem que estas tenham de percorrer as ruas da aldeia para procurar um local de carregamento.

Explicou que a instalação dos postos permitirá criar condições para futuras candidaturas relacionadas com veículos elétricos e com a mobilidade sustentável na própria Vila de Marialva, sendo objetivo do Município estender progressivamente esta solução às restantes freguesias do concelho.

A este propósito, destacou também a freguesia de Longroiva, nomeadamente pela existência do Polo Termal, bem como outras localidades do concelho.

Informou que se encontrava em elaboração um estudo no âmbito do Plano de Mobilidade, que seria apresentado brevemente, recordando que já havia sido feita referência a este projeto no início do ano. O futuro Plano de Mobilidade Urbana deverá contemplar a instalação de postos de carregamento elétrico em diferentes pontos do concelho.

Salientou que esta rede permitirá que os proprietários de veículos elétricos, sejam turistas, visitantes ou residentes, possam deixar os seus veículos a carregar enquanto visitam o património e os espaços de interesse durante uma ou duas horas, ou mesmo apenas durante meia hora, evitando a necessidade de permanecerem longos períodos, de 10 ou 15 horas, à espera do carregamento.

Considerou, por isso, que a proposta assumia particular importância para o concelho e, neste caso concreto, para Marialva.

Manifestou satisfação por poder apresentar esta proposta, que permitirá dar início a um procedimento desenvolvido em conjunto com a Associação das Aldeias Históricas de Portugal. Considerou fundamental que Marialva não ficasse para trás e que, enquanto Aldeia Histórica, não permanecesse excluída das soluções de mobilidade sustentável destinadas a estes territórios.

Acrescentou que o projeto contribuirá igualmente para que o concelho de Mêda acompanhe a evolução das políticas de mobilidade sustentável e se mantenha na vanguarda deste processo.

Antes de concluir, manifestou a sua disponibilidade para responder a quaisquer questões de natureza técnica que pudessem ser colocadas, lembrando que os técnicos municipais se encontravam igualmente disponíveis para prestar os esclarecimentos necessários.

Terminou a sua intervenção agradecendo a realização da reunião e a presença de todos, salientando a importância das reuniões extraordinárias e ordinárias enquanto instrumentos de desenvolvimento do concelho.

Concluiu afirmando que, com a aprovação da proposta apresentada, se daria um passo importante para resolver a questão da mobilidade elétrica em Marialva, representando "menos um problema" para o concelho de Mêda e permitindo, posteriormente, avançar com soluções semelhantes para as restantes freguesias.

Prossegue o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, **João Mourato**, lembrando que o importante é a Câmara estar representada pelo seu Presidente e que por isso está tudo bem, mesmo que estivesse sozinho estava sempre representada.

Conclui deixando a todos os presentes um pequeno resumo sobre a história da Associação das Aldeias Históricas de Portugal.

Neste momento é dada a palavra ao **Deputado Municipal Pedro Lourenço** que, depois de cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção:

"Esta proposta pretende autorizar a abertura do procedimento para a atribuição de licença de utilização privativa de bens do domínio público para a instalação de postos de carregamento de veículos elétricos em vários municípios, entre eles o Concelho da Mêda. Em primeiro lugar, importa dizer que ninguém pode ser contra a modernização do território ou contra a mobilidade sustentável. O futuro passa, inevitavelmente, por soluções mais amigas do ambiente e por

infraestruturas capazes de responder às novas exigências da mobilidade. Contudo, uma Assembleia Municipal não deve limitar-se a aprovar propostas apenas porque apresentam conceitos como transição energética, descarbonização ou mobilidade sustentável. Deve também questionar se estas medidas correspondem às verdadeiras necessidades do Concelho. E é precisamente aqui que surgem várias dúvidas. Não sabemos qual será o impacto financeiro para o município. Qual a receita prevista pela utilização do domínio público. Qual a duração da licença, (agora já sei que é de dez anos renovável). Quais os critérios que irão definir a escolha do operador.

Gostaria de saber qual será o retorno económico para o município.

A utilização privativa do domínio público deve representar uma justa compensação para os municípios. Qual será a renda? Quem fiscalizará o cumprimento das obrigações do operador? Quem suportará os custos caso o equipamento deixe de funcionar ou seja abandonado? São perguntas que esta proposta não responde, mas que iremos, no entanto, votar como votaram também os nossos representantes na Câmara Municipal, os nossos vereadores em conformidade. Muito obrigado, Sr. Presidente."

De seguida, foi dada a palavra ao **Deputado Municipal Hermínio Costa Albino**, que, depois de cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção referindo que a sua presença tinha também como objetivo manifestar a intenção de voto, mas que, na sequência dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, lhe haviam surgido algumas dúvidas, relativamente às quais solicitou os devidos esclarecimentos.

Nesse sentido, questionou se o processo em apreciação havia sido desencadeado pela Associação das Aldeias Históricas de Portugal ou se resultava de um requerimento apresentado pela Junta de Freguesia de Marialva. Questionou, igualmente, se existiam outras candidaturas provenientes de outras freguesias ou se estas poderiam vir a apresentar candidaturas semelhantes.

Mais questionou se as condições, benefícios ou prerrogativas que estavam a ser concedidos a Marialva poderiam também ser estendidos a outras aldeias do

concelho que, não possuindo as mesmas características, não têm a classificação ou o selo de Aldeia Histórica.

Concluiu referindo que partilhavam igualmente da posição anteriormente expressa pelo Deputado Municipal Pedro Lourenço, no sentido de serem favoráveis ao progresso e ao desenvolvimento, bem como ao alinhamento do concelho com as questões ambientais, designadamente no que respeita à melhoria da mobilidade sustentável e à descarbonização.

Face ao exposto, declarou que votariam favoravelmente a proposta em apreciação.

Retomando o uso da palavra, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, António César Figueiredo,** voltou a explicar o procedimento em causa, esclarecendo que se trata de uma candidatura promovida pela Associação das Aldeias Históricas de Portugal, à qual os municípios que integram esta rede têm a possibilidade de aderir, sendo que, neste caso, a adesão é praticamente generalizada, traduzindo uma vontade comum das Aldeias Históricas em disporem de postos de carregamento para veículos elétricos. Sublinhou, contudo, que esta iniciativa não é automaticamente replicada para outras freguesias que não integrem a rede das Aldeias Históricas.

Esclareceu, contudo, que o Município desenvolveu um Projeto de Mobilidade Urbana, no qual está contemplada a necessidade de instalação de postos de carregamento elétrico nas várias localidades do concelho de Mêda. Nesse âmbito, referiu ter já sinalizado, nomeadamente, a necessidade de Longroiva, atendendo também à existência do Pólo Termal, sem prejuízo de outras localidades apresentarem igualmente necessidades e pretensões neste domínio.

Reafirmou que não existem freguesias melhores do que outras, mas sim um conjunto de freguesias que integram o concelho de Mêda, devendo o Município definir e implementar uma política global para todo o território concelhio. Nesse sentido, salientou que, para o Presidente da Câmara, Marialva não deve ser encarada apenas enquanto freguesia isolada, mas como parte integrante do concelho de Mêda, pelo que aquilo que for positivo para Marialva será

igualmente positivo para a Coriscada, Longroiva, Casteição ou qualquer outra localidade do concelho. Defendeu, assim, que o Município deve adotar uma visão integrada e abrangente do território.

Referiu novamente que se está perante um procedimento de contratação pública a promover pela Associação das Aldeias Históricas de Portugal, sendo o respetivo caderno de encargos apresentado por aquela Associação. Explicou uma vez mais que a cedência do espaço terá a duração de 10 anos, prorrogável por mais 10 anos, revertendo posteriormente para o Município, aquando da cessação da parceria, devendo o espaço ser devolvido nas condições previstas e de acordo com os termos em que foi cedido.

Considerou que a mais-valia, neste momento, reside no facto de o Município de Mêda integrar uma rede de Aldeias Históricas com uma estratégia de mobilidade sustentável, permitindo que um turista que se desloque ao interior para visitar a Aldeia Histórica de Marialva possa também efetuar o carregamento do seu veículo elétrico, ficando, posteriormente, com capacidade para prosseguir a sua viagem para qualquer outro destino.

Defendeu que esta é uma consequência de se pensar em rede, considerando que uma visão exclusivamente centrada no concelho ou na freguesia dificilmente produzirá os melhores resultados para o futuro. Sublinhou, por isso, a necessidade de pensar o território numa lógica de escala e de complementaridade, afirmando que continuará sempre a defender a sua terra e o concelho de Mêda, embora reconheça que, neste contexto, a perspetiva deverá ser necessariamente mais abrangente.

Afirmou que aquilo que for bem feito no território representa igualmente uma mais-valia para o Município, considerando que a presente iniciativa constitui um importante pontapé de saída e uma oportunidade para Marialva, enquanto localidade com características próprias e integrada numa rede de reconhecido valor patrimonial e turístico.

A este propósito, recordou que, por integrar a rede das Aldeias Históricas, Marialva está sujeita a determinadas regras e condicionantes específicas,

designadamente no que respeita à instalação de equipamentos e elementos exteriores, como painéis ou antenas parabólicas, que não podem ser colocados livremente, ao contrário do que sucede noutras localidades. Considerou, assim, que esta iniciativa constitui também uma forma de a Associação das Aldeias Históricas compensar e valorizar as freguesias que integram a rede, através da implementação de soluções associadas à mobilidade sustentável e à energia.

Acrescentou que esta estratégia poderá igualmente enquadrar-se numa filosofia de rede sustentável de energia, permitindo a instalação de equipamentos no próprio concelho e contribuindo para que a energia utilizada possa ser enquadrada numa lógica de energia limpa e de sustentabilidade ambiental.

Por fim, o Sr. Presidente da Câmara Municipal chamou a atenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal para o facto de este ponto da Ordem de Trabalhos carecer de aprovação em minuta, atendendo aos prazos particularmente reduzidos associados ao procedimento.

Neste momento, interveio o **Deputado Municipal Pedro Lourenço**, questionando se, relativamente ao ponto em apreciação, o que estava efetivamente em causa era apenas a aprovação do local destinado à instalação dos postos de carregamento.

Em resposta, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, António César Figueiredo,** esclareceu que o que estava em causa era, concretamente, a desafetação do local do domínio público municipal, nos termos anteriormente apresentados.

De seguida, interveio novamente o **Deputado Municipal Hermínio Costa Albino**, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara e colocando uma questão a título de exemplo. Perguntou se, no caso de a localidade de Ranhados vir a apresentar uma candidatura para a instalação de um ou dois postos de carregamento elétrico, a deliberação que estava naquele momento a ser aprovada poderia beneficiar ou ser aplicável a essa eventual candidatura.

Solicitou, assim, o devido esclarecimento, de forma a ficar perfeitamente definida a abrangência da deliberação em apreciação.

Retomando o uso da palavra, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, António César Figueiredo,** voltou a esclarecer que a deliberação em apreciação dizia exclusivamente respeito à instalação dos postos de carregamento em Marialva, não abrangendo eventuais candidaturas futuras apresentadas por outras localidades do concelho.

Perante este esclarecimento, o **Deputado Municipal Hermínio Costa Albino** referiu ter ficado esclarecido, entendendo que, nesse caso, uma eventual candidatura apresentada por outra freguesia, como Ranhados, se enquadraria num procedimento distinto e teria de ser posteriormente submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

Finalizadas as respetivas intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Mourato,** tomou a palavra, começando por recordar que a candidatura em apreciação contempla exclusivamente a Vila de Marialva, uma vez que o procedimento é promovido e conduzido pela Associação das Aldeias Históricas de Portugal.

Referiu igualmente ter sido anteriormente mencionada a possibilidade de, no âmbito deste projeto, poder vir a ser atribuído a Marialva um veículo elétrico, sendo que, nesse caso, o mesmo ficará associado ao Município, enquanto entidade responsável pela gestão do programa ao nível concelhio.

Sublinhou, ainda, um aspeto que considerou particularmente importante, relacionado com os Alojamentos Locais, que poderão beneficiar significativamente da instalação destes postos de carregamento, atendendo a que, segundo referiu, foram precisamente os operadores de Alojamento Local aqueles que mais solicitaram a disponibilização deste tipo de infraestrutura.

Neste momento, e não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Mourato,** propôs o ponto a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**.

Ponto 2º - Isenção do pagamento de taxas municipais devidas pelas mensagens publicitárias e ocupação da via pública de natureza comercial – 2026;

Foi apresentado o ponto pelo **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo**, que começou por recordar, uma vez mais, conforme já havia referido no início da sessão, que a matéria apenas foi incluída na Ordem de Trabalhos por existir a necessidade de convocar a presente reunião extraordinária. Caso contrário, o assunto seria submetido à apreciação da Assembleia na reunião ordinária seguinte, prevista para setembro.

Explicou que existe, contudo, uma necessidade de certa forma urgente de proceder à isenção das taxas municipais aplicáveis aos comerciantes, considerando que esta medida constitui também uma forma de apoio aos agentes que desenvolvem atividade económica local. Referiu que a proposta havia sido aprovada por unanimidade em reunião de Câmara.

Salientou, no entanto, que, no seu entendimento, poderá existir um período durante o qual algumas esplanadas permaneçam em situação irregular ou sem o respetivo licenciamento, situação com a qual não poderia concordar. Por esse motivo, entendeu trazer o assunto à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

A título de exemplo, alertou para a possibilidade de ocorrência de um acidente em que um veículo invadisse uma esplanada que não se encontrasse devidamente licenciada, situação que poderia eventualmente originar responsabilidades para a Câmara Municipal.

Considerou, assim, que existiam duas possibilidades: por um lado, obrigar todos os comerciantes a proceder ao licenciamento e à regularização das respetivas situações, o que poderia representar um processo burocrático e moroso; por outro, adotar a solução agora proposta, através da isenção das taxas para todos os interessados, permitindo agilizar a regularização das situações existentes.

Acrescentou que a proposta também se prendia com a necessidade de acompanhar anualmente a evolução do comércio local, não considerando adequado estabelecer desde já uma isenção com duração correspondente a todo o mandato autárquico.

Explicou que a medida pretendia, assim, evitar e acautelar eventuais responsabilidades futuras para todas as partes envolvidas, salientando que existia uma lacuna por parte dos serviços que poderia, em determinadas circunstâncias, ser suscetível de responsabilizar a Câmara Municipal ou até o próprio Presidente da Câmara, caso não fosse exigido o pagamento das taxas ou não fosse formalmente deliberada a respetiva isenção.

Concluiu deixando a Assembleia aberta a quaisquer comentários ou questões que pudessem surgir, indicando que o Sr. Vice-Presidente, Carlos Montês, estaria disponível para prestar os esclarecimentos necessários.

Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Mourato,** abriu o período de inscrições, tendo sido registadas quatro solicitações para uso da palavra pelos Deputados Municipais: Óscar Sampaio, Pedro Lourenço, Herminio Costa Albino e António Simão de Almeida.

Lembrando que, nas suas intervenções, cada deputado deve respeitar o tempo de 5 minutos com alguma tolerância.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Mourato**, deu a palavra ao Deputado Municipal Óscar Sampaio.

Usou da palavra o **Deputado Municipal Óscar Sampaio** que, depois de cumprimentar todos os presentes, começou por afirmar que, após ouvir a explicação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ficara ainda mais "atrapalhado".

Justificou a sua perplexidade com o facto de a publicação das taxas ter ocorrido no dia 27 de janeiro de 2027, sendo a proposta de isenção apresentada apenas a 17 de julho, aparentemente como uma situação de emergência decorrente de um elevado número de solicitações, sem que, contudo, fossem indicados os respetivos números.

Referiu que a bancada do Partido Socialista não tinha qualquer dificuldade em apoiar medidas de incentivo ao comércio local, considerando que todo o apoio é bem-vindo, quer para este setor da economia, quer para qualquer outro. Manifestou, por isso, a sua estranheza pelo facto de a questão não ter sido

apresentada à Assembleia já em junho, atendendo a que as taxas são devidas mensalmente.

Esclareceu que não colocava em causa a explicação do Sr. Presidente relativamente à realização da Sessão Extraordinária, nomeadamente quanto ao facto de esta ter sido convocada por causa do primeiro ponto da ordem de trabalhos e de se ter aproveitado a oportunidade para incluir a questão das taxas.

Contudo, lamentou que a matéria tivesse sido apresentada apenas naquele momento, em vez de ter sido submetida à apreciação da Assembleia em tempo oportuno e no momento adequado.

Prosseguiu, afirmando que, da explicação apresentada pelo Sr. Presidente, parecia resultar que a questão não se limitava à isenção de taxas, uma vez que nem sequer estaria plenamente assegurada a legalidade da ocupação do espaço público.

Questionou, assim, se teria compreendido corretamente as palavras do Sr. Presidente, salientando que uma das formas de apoio ao comércio e aos cidadãos consistia na disponibilização de espaço público, sendo que a ocupação desse espaço implicava o pagamento de uma taxa.

A título de exemplo, referiu a situação de uma pessoa ou de um casal com poucos recursos económicos que demorasse cerca de dez anos a conseguir pintar a sua casa e que, para esse efeito, necessitasse de instalar andaimes. Considerou que, aquando do pedido de ocupação do espaço público para a instalação dos andaimes, deveria também ser requerida a eventual isenção da respetiva taxa.

Reiterou que a bancada do Partido Socialista não discordava da medida, tendo em conta todo o contexto e as dificuldades económicas existentes. Recordou, aliás, que não se tratava de uma situação nova, uma vez que, durante a pandemia, no âmbito das medidas de recuperação económica, também haviam sido concedidas isenções semelhantes.

Salientou, contudo, que a sua perplexidade resultava do facto de terem decorrido tantos meses, sendo os pagamentos devidos mensalmente. Assim, as taxas relativas a janeiro, fevereiro e aos meses seguintes já seriam devidas, questionando por que razão a proposta de isenção surgia apenas naquele momento.

Acrescentou que, mais do que a própria questão da isenção, lhe causava preocupação a possibilidade de o processo de licenciamento não estar devidamente assegurado. Esclareceu, porém, que poderia ter interpretado incorretamente as palavras do Sr. Presidente, tratando-se apenas da leitura que havia feito da sua intervenção.

De seguida, considerou que, uma vez que estava a ser realizada uma Sessão Extraordinária e existiam preocupações relativamente ao comércio local, seria oportuno aproveitar a ocasião para apresentar e discutir outras ideias e medidas de apoio.

Defendeu que, caso fosse realizado um levantamento efetivo das áreas em que o Município poderia intervir, seria possível identificar formas mais abrangentes de apoio. Reconheceu que o Município não poderia resolver todos os problemas, mas salientou que a sua disponibilidade para fazer tudo o que estivesse ao seu alcance seria de louvar.

Entendeu, contudo, que, perante os diversos desafios que afetam a viabilidade dos negócios, a questão das taxas municipais seria provavelmente uma das últimas matérias a considerar.

Para concluir, afirmou concordar com a realização de Assembleias Extraordinárias, mas lamentou a realização da presente sessão, tendo em conta os valores em causa. Referiu que estavam em discussão taxas de aproximadamente 5,00 € por metro quadrado, acrescidas de 1,26 €, e que, a essa isenção, se somava o custo de cerca de 2.000,00 € associado à realização da Assembleia.

Sublinhou, por fim, que este último valor também deveria ser tido em consideração, uma vez que representava uma despesa suportada pelo erário público.

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** para responder antecipadamente ao Deputado Municipal Óscar Sampaio, começando por afirmar que todos os presentes se encontravam num "combate político" em defesa da terra.

Recordou que, na sua primeira intervenção, havia esclarecido que o assunto relativo à isenção de taxas apenas tinha sido incluído na ordem de trabalhos por estar associado a outro ponto, sendo esse, efetivamente, o verdadeiro motivo da realização da presente Sessão Extraordinária.

Sublinhou que os 2.000,00 € não estavam relacionados com a isenção de taxas, apelando a que não se confundissem as duas situações. Reafirmou que, caso fosse necessário, realizaria dez reuniões extraordinárias da Assembleia para acautelar uma necessidade numa freguesia que é uma aldeia histórica, salientando que essa matéria nada tinha a ver com a isenção em discussão.

Considerou, por isso, importante que se mantivesse o rigor político e que não se confundisse a realização da Assembleia com a presente proposta de isenção de taxas. Recordou que, na sua intervenção inicial, havia referido a existência de dois pontos, sendo que o segundo apenas fora incluído porque estava associado ao primeiro; caso contrário, não o teria trazido à discussão.

Prosseguiu, explicando que a questão da isenção apenas surgia naquele momento, embora pudesse dar origem a alguma confusão. Esclareceu que o assunto remontava a janeiro ou fevereiro, mas que a falta de atuação por parte da Câmara Municipal se devia, em parte, ao facto de os comerciantes apenas se lembrarem de requerer as licenças para as esplanadas durante o verão, como acontecia todos os anos.

Referiu que, nos últimos quinze dias, havia dado entrada uma quantidade significativa de pedidos, provenientes quer de associações, quer de comerciantes. Considerou que, se os pedidos tivessem sido apresentados no

início de janeiro, o assunto teria sido submetido à Assembleia em fevereiro; se tivessem sido apresentados em fevereiro, a discussão teria ocorrido em abril. Contudo, perante o elevado número de pedidos entretanto recebidos, a necessidade de tomar uma decisão colocava-se naquele momento.

Acrescentou que a Câmara Municipal nem sequer sabia, antecipadamente, se os comerciantes pretendiam instalar esplanadas, salientando que essa era uma faculdade a que tinham direito. Relativamente à ausência de pedidos de licenciamento, afirmou que os interessados teriam, de alguma forma, de proceder à sua apresentação, referindo-se às situações em que as esplanadas eram utilizadas abusivamente, sem que tivesse sido requerida a respetiva licença.

Considerou que esta questão poderia ser discutida no âmbito da Assembleia, uma vez que poderia surgir a observação de que algumas pessoas teriam utilizado esplanadas em janeiro ou fevereiro sem terem apresentado qualquer pedido de licenciamento. Nesse caso, entendeu que estaria em causa uma falha dos serviços, uma vez que deveria ter sido aplicada a respetiva coima.

Salientou, contudo, que, nas últimas semanas, se tinha verificado um elevado número de pedidos de instalação de esplanadas por parte de associações, organizadores de festas, bares e outros estabelecimentos, considerando que a matéria deveria ser analisada de uma perspetiva política, tendo em conta o momento e a complexidade que a situação estava a assumir.

Admitiu que poderia ter ocorrido uma falha por parte da Câmara Municipal, resultante da utilização de esplanadas sem que tivesse sido previamente requerida a respetiva licença de utilização do espaço público, considerando que essa prática deveria ser corrigida.

Esclareceu que os pedidos apresentados pelos próprios interessados ou beneficiários das esplanadas apenas tinham sido formalizados naquele momento. Assim, perante a apresentação dos pedidos, considerou necessário resolver a questão de imediato, afirmando que não faria sentido propor uma isenção quando ainda não existissem requerimentos.

Reforçou, por fim, que, em consequência da informação transmitida pelo Sr. Vice-Presidente e das comunicações recebidas de diversas associações, freguesias e comerciantes, se tornou necessário incluir a matéria na presente Assembleia. Caso contrário, conforme já havia referido, o assunto apenas seria submetido à discussão em setembro.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Mourato**, deu a palavra ao Deputado Municipal Pedro Lourenço.

Depois de cumprimentar uma vez mais os presentes, o **Deputado Municipal Pedro Lourenço**, começou por afirmar que qualquer medida de apoio ao comércio local merece, em princípio, a consideração da bancada do Partido Socialista.

Referiu conhecer bem as dificuldades enfrentadas por muitos empresários, sobretudo num concelho do interior, como o nosso, marcado pelo envelhecimento da população, pela desertificação e pela perda contínua de atividade económica. Contudo, salientou que, precisamente por estar em causa uma medida de apoio ao comércio, a Assembleia tem o dever de ir além das intenções e analisar a sua eficácia.

A primeira questão que colocou prendeu-se com o impacto real da isenção proposta. Referiu que a proposta não apresentava qualquer estudo económico, desconhecendo-se quantos comerciantes seriam abrangidos, qual o valor total da receita municipal que deixaria de ser arrecadada, quantos pedidos teriam dado origem à iniciativa e qual seria o benefício médio por estabelecimento.

Considerou, assim, que a Assembleia se encontrava a votar uma medida sem conhecer os seus efeitos financeiros nem o seu verdadeiro alcance económico.

Outra questão levantada relacionou-se com a fundamentação da proposta. Referiu que o Executivo continuava a justificar a isenção com as dificuldades económicas decorrentes da inflação e do aumento dos custos de contexto. Questionou, por isso, por que razão a medida surgia apenas naquele momento e exclusivamente para aquelas taxas, bem como a inexistência de uma estratégia mais abrangente de apoio ao comércio tradicional.

Salientou que os comerciantes não necessitam apenas de pagar menos taxas, mas também de ter mais clientes, de beneficiar da dinamização do centro urbano, de criar emprego, de dispor de incentivos ao investimento e de contar com políticas capazes de atrair população para o concelho.



Entendeu que uma redução de algumas dezenas ou poucas centenas de euros por ano dificilmente resolveria os problemas estruturais do comércio local, considerando que o verdadeiro problema não residia no valor das taxas municipais, mas na existência de cada vez menos consumidores, menos empresas e menos pessoas a viver no concelho. Sublinhou que, relativamente a esta questão estrutural, a proposta nada apresentava.

De seguida, abordou a questão da igualdade de tratamento, questionando se a isenção seria aplicável a todos os comerciantes e se abrangeria também cafés, restaurantes, estabelecimentos de alojamento local e pequenos prestadores de serviços. Questionou ainda se a medida seria extensível às associações que desenvolvem atividades económicas.

Considerou fundamental esclarecer se existiriam critérios objetivos de aplicação ou se seriam admitidas exceções, defendendo que todas estas questões deveriam estar devidamente clarificadas antes da votação.

Acrescentou que seria igualmente importante perceber se a medida teria caráter temporário ou se o Executivo pretendia integrá-la numa política fiscal municipal mais estável.

Terminou referindo que os empresários necessitam de previsibilidade e não podem ficar dependentes, todos os anos, de decisões políticas tomadas no momento.

Afirmou que a bancada do Partido Socialista votaria a proposta com sentido de responsabilidade, deixando, contudo, ao Executivo o desafio de apresentar um verdadeiro plano municipal de revitalização do comércio e da economia local.

Concluiu que, no seu entendimento, o futuro do concelho exige muito mais do que isenções pontuais de taxas.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Mourato,** deu a palavra ao Deputado Municipal Hermínio Costa Albino.

Depois de cumprimentar uma vez mais os presentes, o **Deputado Municipal Hermínio Costa Albino** começou por colocar algumas questões relativamente à matéria em discussão.

A primeira questão prendeu-se com o âmbito da isenção, questionando se esta abrangia apenas toldos, painéis publicitários, *outdoors* e estruturas semelhantes, ou se contemplava a totalidade das situações previstas, ou apenas parte delas.

A este propósito, deu como exemplo uma polémica recentemente tornada pública em Trancoso, relacionada com a instalação de um toldo, referindo que esta situação se articulava com a segunda questão que pretendia colocar: a existência, ou não, de um regulamento municipal sobre esta matéria.

Mencionou que, no caso de Trancoso, a Câmara Municipal teria determinado a retirada de um toldo a um comerciante, aparentemente por não concordar com a respetiva cor, questionando se existiriam regras objetivas que regulamentassem este tipo de situações.

De seguida, questionou se a isenção em causa teria a validade de um ano ou se se destinaria a vigorar durante todo um mandato autárquico.

Relativamente à questão do licenciamento, referiu ter ficado com a ideia de que o pagamento das taxas implicava a obtenção do respetivo licenciamento. Nesse sentido, questionou se, apesar da isenção em discussão — à qual a bancada da Coligação se manifestava favorável —, os comerciantes continuariam obrigados a proceder ao licenciamento.

Salientou que, num território pobre, todas as ajudas são importantes, considerando que qualquer isenção, mesmo de um euro, cinquenta cêntimos ou dez cêntimos, representa um benefício. Acrescentou que os comerciantes já suportam diariamente diversas taxas e encargos, não sendo desejável que lhes sejam impostos ainda mais custos.

Concluiu a sua intervenção reforçando a necessidade de distinguir claramente a isenção de taxas do procedimento de licenciamento, questionando se a medida em discussão dispensaria os comerciantes, pessoas ou entidades requerentes da obrigação de licenciar as respetivas estruturas.

Sublinhou que se tratava de duas questões distintas: uma coisa é a isenção de taxas, outra é o licenciamento, pelo que os interessados continuariam, necessariamente, a ter de proceder ao respetivo licenciamento.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Mourato**, deu a palavra ao Deputado Municipal António Simão de Almeida.

Usando da palavra, o **Deputado Municipal António Simão de Almeida** começa por cumprimentar todos os presentes.

"*Muito bom dia. Apresento os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes da Junta, estimado público e estimado Dr. Rui Tina Neto que regressa hoje a esta sala e que foi a nossa companhia durante o mandato anterior. Muito já foi dito aqui sobre as taxas e eu acho que na maioria e sobre a proposta que está aqui em causa, nós vamos chegar ao final e vamos ter unanimidade.*

Não há dúvida nenhuma. Já os grupos parlamentares disseram que sim senhor, estamos todos de acordo quanto a isso. Agora, também não podemos deixar de estar de acordo com as questões que foram levantadas, nomeadamente a legalidade da utilização do espaço público.

Como é que isso funciona? Isso é bem mais grave do que o pagamento das taxas. Porque nós sabemos que as taxas podem ser pagas agora, podem ser pagas depois, podem ser pagas daqui a três anos ou quatro. E o dinheiro vem ou não vem é uma questão que ... afinal até é de pouca monta, porque os valores são muito poucos.

A questão é a legalidade da situação e das situações que se vão acumulando sem que sejam tratadas pela Câmara e pelos serviços com a devida

responsabilidade. Isso sim, Sr. Presidente, é muito grave. Não vou fazer aqui mais críticas, se é de janeiro, se é de fevereiro, se as pessoas utilizam a esplanada com aquecedor, sem aquecedor. Não é isso que está aqui em causa. Como digo, afinal o meu voto será a favor desta proposta.

Agora, era importante também que este sinal político que é feito para os comerciantes, para aquelas pessoas que têm e ocupam as esplanadas, que ocupam o espaço para fazer a sua publicidade e a sua atividade comercial, fosse também dado às pessoas que cá residem. E quando se fala aqui na isenção de taxas para estes comerciantes, para quem ganha dinheiro com a utilização deste espaço público, com as suas mensagens, estão isentos. Mas quando chegamos ao orçamento, para o ano seguinte, neste caso para este ano, apostamos sempre na taxa de IRS máximo. E as pessoas que cá residem? As pessoas que não são comerciantes, mas que trabalham todos os dias arduamente? Eu acho que esse é o sinal político que nós temos que dar.

E esta é a mensagem política, porque eu me levantei hoje. Que tem de ser dada à população da Mêda, não é só aos comerciantes.

Aos comerciantes que infelizmente nós vemos abrem hoje aqui e fecham amanhã além e depois vêm com o nome da esposa e depois com o nome do filho. E são estas as empresas que nós estamos aqui a isentar. Nós queremos isentar as pessoas que cá vivem. As pessoas que precisam de qualidade de vida. E é importante. Isto aqui seria naturalmente extensível às taxas sobre o saneamento, às taxas sobre a água, às taxas sobre uma série de coisas.

Mas eu acho que é um sinal político, Sr. Presidente, que tem de ser dado também, não só aos comerciantes, mas também a toda a população. Muito obrigado, Sr. Presidente."

Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Mourato**, passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Carlos Montês.

No uso da palavra, o **Sr. Vice-Presidente, Carlos Montês**, depois de cumprimentar todos os presentes, começou por informar a Assembleia de que, aquando da sua chegada aos serviços, se deparou com algumas situações

relativas a comerciantes que pretendiam regularizar a situação das respetivas esplanadas.

Verificando que tal não acontecia de forma generalizada, tomou a iniciativa de solicitar aos serviços que notificassem todos os comerciantes do concelho para procederem à regularização das suas situações. Posteriormente, constatou-se que a maioria não efetuava o pagamento das respetivas taxas, pelo que determinou a suspensão do processo e solicitou aos serviços que visitassem todos os comerciantes do concelho, no sentido de os sensibilizar para a necessidade de legalizarem as suas esplanadas.

Informou que, numa fase inicial, os pedidos de licenciamento foram apresentados de forma pontual, tendo, nos últimos dias, dado entrada vários requerimentos. Perante esta situação, tornou-se necessário tomar uma decisão relativamente ao pagamento ou à eventual isenção das taxas aplicáveis.

Prosseguiu, explicando que foi neste contexto que o assunto se desenvolveu e que surgiu a decisão de o trazer à discussão da Assembleia, para posterior deliberação sobre a isenção, ou não, das taxas para todos os comerciantes abrangidos.

Referiu ainda que, durante muitos anos — dez ou doze, eventualmente —, a maioria dos comerciantes não procedia ao licenciamento das suas esplanadas. Considerou que, em determinados casos, nomeadamente quando se trata apenas de uma mesa e uma cadeira colocadas no passeio, a situação poderia parecer pouco relevante. Contudo, salientou que o objetivo sempre foi garantir que a maioria dos comerciantes tivesse consciência da necessidade de requerer os respetivos licenciamentos.

Reafirmou que a sua posição consistiu em promover a regularização da situação de todos os comerciantes, defendendo que todos devem cumprir, ou fazer cumprir, os requisitos legais aplicáveis, cabendo posteriormente à Câmara Municipal decidir sobre a eventual isenção das taxas.

Admitiu desconhecer se competia diretamente ao Município proceder à fiscalização destas situações, mas sublinhou que se tratava de uma realidade

que se arrastava há vários anos e que uma situação de ilegalidade não poderia perpetuar-se indefinidamente, devendo, por isso, ser corrigida.

Acrescentou que houve a preocupação de incentivar os comerciantes a atuar de acordo com os princípios da legalidade e da equidade, considerando fundamental que todos fossem tratados de forma igual.

Concluiu referindo que os comerciantes procederam aos pedidos de licenciamento de livre vontade, sem terem conhecimento prévio da possibilidade de isenção das taxas, tendo sido a partir desses requerimentos que se iniciou o presente procedimento.

Informou, por fim, que todos os comerciantes com esplanadas existentes na cidade já tinham apresentado os respetivos pedidos de licenciamento, situação que há muito não se verificava, abrangendo também alguns estabelecimentos situados nas aldeias do concelho.

Terminou a sua intervenção, agradecendo a atenção dispensada à explicação.

Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, João Mourato, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara António César Figueiredo.

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** para explicar que a situação em discussão se arrastava há vários anos e que, já no anterior mandato, havia sido deliberada uma isenção semelhante. Esclareceu que não pretendia afirmar que o problema tivesse surgido com a pandemia de Covid-19, nem responsabilizar quem quer que fosse, mas recordou que a situação pandémica obrigou as câmaras municipais a adotar diversas iniciativas e medidas que, em circunstâncias normais, provavelmente não teriam sido tomadas.

Referiu que, atualmente, se encontram no concelho várias esplanadas cuja ocupação do espaço público coloca questões quanto à forma como esse espaço pode e deve ser utilizado. Considerou, por isso, necessário regulamentar e enquadrar devidamente a abertura que ocorreu durante o período da pandemia.

Respondendo ao Deputado Municipal Pedro Lourenço, afirmou ter apreciado as intervenções realizadas, mas observou que o facto de algumas intervenções serem previamente preparadas pode fazer com que não se tenha em consideração tudo aquilo que foi entretanto explicado. Sublinhou que, na sua intervenção, já havia respondido a grande parte das questões colocadas, nomeadamente quanto à duração da isenção e à necessidade de os comerciantes procederem ao respetivo licenciamento.

Salientou que não se podem confundir as diferentes matérias e afirmou ter compreendido a intervenção do Deputado Municipal António Simão de Almeida, designadamente quando estabeleceu uma relação entre o apoio aos comerciantes e a possibilidade de também se proceder à isenção de IRS. Considerou, contudo, que os comerciantes, em última instância, também suportam IRS e são tributados enquanto empresários, pelo que a questão do IRS deveria ser discutida num outro âmbito.

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Pedro Lourenço, concordou que a eventual isenção da taxa em discussão não representaria, por si só, um acréscimo significativo dos rendimentos dos comerciantes, uma vez que o valor em causa é residual. Sublinhou que tinha plena consciência dessa realidade.

Explicou que a questão tinha, em primeiro lugar, uma dimensão de legalidade e de equidade, procurando garantir que os comerciantes estejam devidamente regularizados e não enfrentem problemas com a ASAE ou com qualquer outra entidade fiscalizadora.

Em segundo lugar, considerou que, conforme tem defendido e referido em várias Assembleias, o desenvolvimento económico do concelho não se faz através da simples isenção de taxas. Do mesmo modo, não se faz apenas através de apoios à natalidade, aos produtores agropecuários ou aos apicultores. Considerou que essas medidas constituem apoios e instrumentos financeiros importantes para ajudar pessoas e comerciantes em determinadas circunstâncias, mas não resolvem, por si só, as questões estruturais.

Concordou, nesse sentido, com a intervenção do Deputado Municipal Pedro Lourenço quanto à necessidade de uma estratégia estruturante, questionando o que poderá ser feito para atrair atividade económica e riqueza, criar postos de trabalho e, consequentemente, desenvolver e fortalecer o comércio local.

Fez questão de deixar novamente claro que a presente matéria apenas havia sido trazida à discussão naquela sessão por estar associada ao outro assunto que justificou a convocação da Assembleia Extraordinária. Considerou que não seria politicamente correto estabelecer uma relação entre o custo da realização da Assembleia e o valor das taxas objeto de isenção.

Reiterou que a Assembleia era extraordinária por existir uma matéria efetivamente extraordinária relacionada com os postos de carregamento, afirmando de forma inequívoca que nunca convocaria uma Assembleia Extraordinária apenas para deliberar sobre esta isenção de taxas.

Prosseguiu afirmando que a Câmara Municipal tinha, neste momento, a responsabilidade de, de forma frontal e legal, regularizar uma situação em que o próprio Município também não tinha cumprido integralmente as suas obrigações. Reconheceu que a Câmara não tinha realizado, ao longo dos últimos anos e décadas, o trabalho que deveria ter sido feito e que, caso esse trabalho tivesse sido realizado atempadamente, o problema atualmente em discussão não se colocaria.

Explicou que, nessas circunstâncias, os comerciantes poderiam simplesmente ter requerido a respetiva licença e, posteriormente, solicitado a isenção da taxa, mas que o licenciamento teria sempre de ser requerido.

Considerou que, politicamente, a Assembleia poderia decidir conceder ou não a isenção, mas o problema fundamental resultava do facto de, ao longo das últimas décadas, a situação não ter sido devidamente regularizada. Caberia agora ao atual Executivo proceder à necessária regularização.

Concordou que deveria existir um regulamento, um procedimento de requerimento e uma normalização das situações existentes. Sublinhou que aquilo que os comerciantes pretendem, e que também considera ser o objetivo

da Assembleia, é evitar que estas matérias sejam apresentadas de forma avulsa e recorrente.

Defendeu, por isso, a elaboração de um regulamento atualizado que estabeleça benefícios e apoios, mas que, simultaneamente, imponha deveres e obrigações claras aos respetivos beneficiários. Considerou que não seria desejável continuar, ano após ano, a recorrer a deliberações pontuais de isenção.

Recordou que, no mandato anterior, a isenção já havia sido aprovada duas ou três vezes e que, eventualmente, também em mandatos anteriores, tinham sido tomadas decisões semelhantes, considerando, contudo, que essa não poderia ser a solução definitiva.

Defendeu, assim, que deveria ser elaborado um regulamento específico de apoio ao comércio local, com uma vigência correspondente aos quatro anos do mandato autárquico. Considerou que os benefícios não deveriam ser eternos, uma vez que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal estão mandatadas para definir as políticas aplicáveis durante o respetivo mandato.

Reconheceu que a isenção representa um impacto financeiro para o Município, ainda que reduzido, e considerou que não seria legítimo estabelecer uma isenção com duração de vinte ou trinta anos, deixando para os futuros executivos a responsabilidade de proceder à sua alteração ou revogação. Sublinhou que, uma vez concedido determinado benefício, a sua retirada se torna naturalmente mais difícil.

A este propósito, recordou que o Município já suporta diversos encargos e concede múltiplos benefícios que nem sempre são percecionados pelos munícipes. Deu como exemplo o setor da água e do saneamento, salientando que a Câmara Municipal suporta diretamente uma parte significativa do impacto financeiro associado ao fornecimento de água.

Referiu que, naquele momento, o Município adquiria a água a cerca de 0,75 € por metro cúbico e que, no primeiro escalão de consumo, a mesma era disponibilizada aos munícipes a um preço inferior, como forma de incentivar um consumo responsável. Explicou que, a partir de determinados escalões, os

valores aumentavam para cerca de 1,00 €, 1,50 €, 2,00 € ou 4,00 €, de acordo com o previsto no respetivo regulamento.

Recordou que esta era, em essência, a explicação que havia apresentado no início da sessão: seria necessário estabelecer um regulamento que enquadrasse aquilo que se pretende fazer e que permitisse, posteriormente, a esta Câmara e a esta Assembleia, independentemente de quem as integre, aplicar efetivamente as regras definidas.

Considerou fundamental que existisse vontade política para aplicar o regulamento, uma vez que, segundo afirmou, nos últimos quinze ou vinte anos, por força de determinadas circunstâncias, o regulamento existente não terá sido devidamente aplicado.

Concluiu referindo que foi necessário verificar quem pagava e quem não pagava, tendo-se constatado que alguns comerciantes cumpriam as suas obrigações enquanto outros não. Entendeu, por isso, que existe um problema que tem de ser resolvido, quer do ponto de vista político, quer também do ponto de vista jurídico.

Neste momento, e não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Mourato,** no uso da palavra, considerou que a Câmara Municipal agiu de forma muito correta e exemplar, ao trazer à discussão da Assembleia Municipal este assunto da isenção das taxas.

Recorda que também ele teve situações muito desagradáveis no passado, exemplificando com o caso da extinta Associação de Municípios do Rio Torto, no qual os Municípios de São João da Pesqueira e da Mêda criaram os seus próprios regulamentos municipais, enquanto os consumidores de água do concelho de Vila Nova de Foz Coa não pagavam a água que consumiam, porque o Município não criou o regulamento municipal.

Prossegue que a falta de equidade dentro dos Municípios que compunham a Associação, levou mesmo a uma intervenção por parte do governo para regularizar a situação. Pelo que considera que este assunto trazido a esta

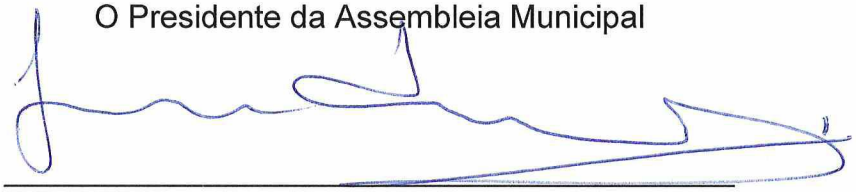
reunião cria condições para regularizar uma situação, que foi muito agravada pela situação pandémica que o país atravessou.

De seguidas propôs o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Por fim, foi deliberado que os assuntos constantes desta reunião sejam aprovados em minuta, de acordo com o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I a que se refere o nº2 do artigo 1º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão pelas dez horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser lida e que depois de aprovada, vai ser assinada pelo Excelentíssimo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Dr. João Germano Mourato Leal Pinto**.

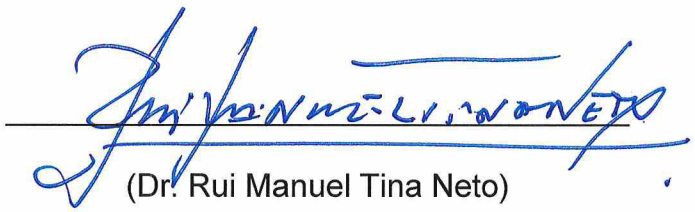
E eu, **RUI MANUEL TINA NETO**, Técnico Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a elaborei e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal



(Dr. João Germano Mourato Leal Pinto)

O Secretário do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos



(Dr. Rui Manuel Tina Neto)